
Globalização e Estado Nacional

Maria da Conceição Tavares**

A internacionalização do capital sob forma comercial e de crédito é um processo que nasceu junto com a expansão do capitalismo mercantil intraeuropeu e estendeu-se rapidamente desde o estabelecimento dos impérios coloniais do século XVI em diante. Já a internacionalização produtiva só vem a ocorrer depois da primeira revolução industrial, tendo começado a partir da expansão das filiais inglesas no mundo, acompanhando a divisão internacional do trabalho proposta pela Inglaterra, sob a égide do padrão ouro-libra. Posteriormente, com o advento da segunda revolução industrial, a internacionalização das grandes empresas foi aprofundada pela concorrência interestatal entre as grandes potências. A onda de transnacionalização produtiva do pós-guerra, foi promovida pela concorrência entre as grandes empresas multinacionais lideradas pela expansão das grandes empresas de origem americana. Apesar da hegemonia do dólar, essa “transnacionalização” não deu lugar a uma liberalização comercial e financeira do tipo da ocorrida sob o padrão-ouro. Pelo contrário, a maior expansão comercial

* Revista Conjuntura Econômica – FGV Caderno 50 Anos de Conjuntura Econômica. Nov. '97

** Matemática, Economista, Doutora e Livre Docente/UFRJ. Professora Emérita da UFRJ (aposentada) e Professora Associada da UNICAMP (aposentada). Consultora Econômica de diversas Instituições Nacionais e Internacionais. Professora visitante por diversas vezes na Universidade do Chile e na UNAM no México. Doutora Honoris Causa da Universidade de Buenos Aires. Diretora do Instituto de Economia Industrial (IEI / UFRJ), 1986/88, Presidente do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (IERJ), dois mandatos. Recebeu várias comendas no Brasil, dos governos de Portugal e do Chile por sua constante militância nas causas democráticas. Eleita Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores / RJ, para a 50ª Legislatura, no período 1995/99, continua assessorando o Partido dos Trabalhadores em assuntos de economia política.

ocorreu entre matrizes e filiais que saltaram as barreiras protecionistas nacionais e regionais, como ocorreu na América Latina e no Mercado Comum Europeu.

A globalização financeira sobreposta à transnacionalização produtiva é, porém, um fenômeno mais recente, que ganhou impulso com as políticas de desregulamentação cambial e financeira impostas pelo receituário neoliberal emanado das autoridades econômicas norte-americanas, submetendo o conjunto da economia mundial à preponderância de uma lógica financeira global, numa velocidade sem precedente histórico. Não se trata, portanto, de um processo espontâneo ou “natural” das forças do mercado, nem conduz a uma divisão internacional do trabalho estável que leve a uma territorialização hierarquizada da produção e do investimento direto estrangeiro. Este, ao invés de provir fundamentalmente dos EUA, como ocorreu entre 1914 e 1980, converteu a potência dominante no maior país deficitário receptor de capitais, provenientes de todos os países superavitários do mundo, depois da crise de 1980-82. A disputa pelo segundo lugar se dá desde então entre vários países que mudam de *ranking* segundo as oportunidades, não duradouras, de comércio e investimento aliadas à especulação patrimonial ou cambial.

O fenômeno da globalização financeira teve origem na ruptura do padrão monetário dólar-ouro (sistema de Bretton Woods) que foi o passo prévio que possibilitou a flutuação cambial e a mobilidade do capital financeiro. Este processo foi acelerado por um conjunto de políticas deliberadas dos EUA, que –a partir da forte reversão da liquidez internacional em sua direção, iniciada em fins de 1979 como resultado da “diplomacia do dólar”– obrigaram o restante do mundo capitalista a liberalizar os fluxos internacionais de capital (a chamada desregulação financeira) e a financiar as crescentes dívidas pública e externa dos EUA. A liberalização dos mercados cambiais e financeiros e a elevação de patamar de juros internacional induziram por toda parte à adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento, desorganizando parte da divisão regional do trabalho e provocando o desenraizamento da grande e da pequena indústria de muitos países, freqüentemente deslocadas para áreas com condições momentaneamente mais favoráveis de produção e comercialização. A globalização financeira aumentou prodigiosamente os fluxos de capital financeiro desterritorializados (*off-shore*), sem registro na contabilidade dos bancos centrais.

O dólar continuou como moeda de referência internacional (apesar das violentas flutuações em relação ao marco e ao iene) e, paradoxalmente, a crescente dívida pública norte-americana serve como lastro de segurança dos mercados financeiros cada vez que algum país sofre uma crise cambial, ou os mercados especulativos entram em queda, fenômenos que têm ocorrido com freqüência em várias partes do mundo a partir da década de 80. Esse novo “sistema” financeiro desregulado pressupõe a movimentação irrestrita dos capitais pelas praças do mundo, com uma “coordenação” dos riscos maiores de ruptura feita informalmente mediante a ação

conjunta dos principais bancos centrais, capitaneados pelo *Fed* americano. Organizações como o FMI, por seu turno, têm um papel cada vez mais secundário no gerenciamento ou sequer no monitoramento das finanças internacionais globais, sendo apenas instrumentos de enquadramento político-ideológico dedicados à aplicação das políticas neoliberais aos países dependentes de endividamento externo.

Os Estados Unidos não têm demonstrado qualquer interesse em abrir mão dos seus ganhos de arbitragem e do seu poder de “*seigniorage*” para arquitetar democraticamente uma nova ordem mundial, que está se tornando cada vez mais unipolar, já que o crescimento de sua economia é extremamente beneficiado com a “nova desordem” das finanças privadas e públicas do resto do mundo. Para a maioria dos países da Europa e da América Latina, por exemplo, a globalização financeira não tem sido benéfica, nem em termos econômicos nacionais, nem em termos sociais. A sobrevalorização das suas moedas em relação ao dólar a partir dos acordos do Plaza e do Louvre só fez diminuir suas vantagens competitivas e de crescimento em favor da economia americana e de alguns países asiáticos emergentes. Os países que conseguiram resistir, sobreviver ou mesmo aproveitar a onda da “globalização” são precisamente os que apresentaram maior poder de comando do estado sobre a economia. A China, um dos maiores espaços de expansão contemporâneos, tem mantido até agora um sistema híbrido de organização da produção e tirado proveito do seu controle absoluto sobre o câmbio que lhe permite manter uma das moedas mais “desvalorizadas” do mundo.

A “financeirização global” tem produzido uma classe de rentistas cosmopolitas e os efeitos sobre a distribuição de renda, o mercado de trabalho e as políticas sociais, para a maioria das populações do mundo são francamente negativos, como reconhecem abertamente os últimos relatórios da OIT, da OCDE e das Nações Unidas. As políticas de globalização tendem a elevar as taxas de juros e a pressionar os orçamentos fiscais, o que tem impactos desastrosos sobre o crescimento, o emprego e as políticas públicas, sobretudo nas economias periféricas (como as latino-americanas), embora afetem também as economias mais avançadas, além de ampliarem o hiato que separa as primeiras das últimas.

Do ponto de vista dos mercados, o regime de acumulação vigente implica em que todas as decisões relevantes que se referem à alocação do investimento direto estrangeiro sejam tomadas por um grupo restrito de empresas e bancos multinacionais cuja estratégia não é mais a conquista definitiva de mercados nacionais, com um horizonte de rentabilidade de longo prazo, mas sim maximizar os ganhos patrimoniais e especulativos obtidos em todos os mercados financeiros, em particular o cambial.

Os países periféricos aparecem, em princípio, apenas como receptores de capitais especulativos, de padrões de consumo e “cultura” globais difundidos a partir do centro e como usuários de tecnologias já amortizadas. Dependendo de condições macroeconômicas conjunturais, podem servir ainda como plataformas

de exportação concorrencial de multiplantas de grandes empresas transnacionais ou circuitos auxiliares de valorização patrimonial e financeira, sobretudo via privatizações e aplicações de porta-fólio. Este tem sido o caso dos “novos tigres asiáticos” e de alguns poucos países latino-americanos, que passaram a ser classificados como “economias emergentes” e não mais como países em desenvolvimento. Quase todos os mercados emergentes dos últimos dez anos, foram vítimas de ataques especulativos contra as suas moedas nacionais e obrigados a desvalorizações abruptas, seguidas de crises bancárias que interromperam dramaticamente os seus processos de crescimento.

As questões levantadas até aqui colocam portanto dois problemas centrais: os espaços de autonomia para a formulação de políticas nacionais de desenvolvimento econômico e social sustentado e o papel do Estado dentro deste marco de globalização crescente. Se percebemos a globalização como um conjunto de políticas que traduzem a iniciativa de uma potência dominante que se propõe exercer um papel hegemônico em relação a seus parceiros e competidores, não há como evitar a conclusão de que o avanço da “ordem unipolar” que acompanha a globalização desregulada vem implicando em uma perda relativa de autonomia da maioria dos estados nacionais. Isto não deve ser correlacionado, no entanto, com um suposto ocaso do Estado-Nação enquanto tal. Pelo contrário, toda a lógica do movimento de globalização tem, desde a sua origem, um caráter de concorrência predatória e de especulação patrimonialista, que só podem ser contidas e reguladas mediante o fortalecimento, sob novas formas, dos mecanismos de proteção econômica e social, e portanto de intervenção, dos estados nacionais.

Vale notar, inclusive, que o anúncio do suposto ocaso dos estados nacionais vem sendo feito num momento em que, por uma lado, a competição entre eles, notadamente pelo investimento externo, vem escalando em intensidade e, por outro, se multiplicam as reivindicações autonomistas e o número dos novos estados independentes. As relações entre o poder político dos estados e o desenvolvimento internacional do capitalismo foram sempre conflituosas, mas complementares. A crise real e atual da maioria dos estados não decorre do fato de que eles sejam, hoje, menos “soberanos” do que sempre foram frente ao poder do capital internacional –especificamente das grandes corporações multinacionais e dos agentes dos mercados financeiros globais– ou das grandes potências. As políticas de “globalização” promovidas na esteira do movimento de reafirmação da hegemonia norte-americana não estão eliminando a capacidade de ação dos estados nacionais, apenas redefinindo as suas hierarquias e seus espaços e os graus de autoridade no exercício de suas soberanias.

É precisamente de acordo com as possibilidades distintas de inserção externa não subordinada e com as capacidades política, econômica e social peculiares a cada país, que os estados nacionais podem tentar, com maior ou menor grau de

sucesso, um novo tipo de proteção pública e uma nova restauração da economia e da seguridade social que garanta a defesa dos interesses de seus cidadãos. Na medida em que a preponderância política e econômica de uma “ordem unipolar” se faz sempre acompanhar da difusão da cultura da nação dominante –hoje aguçada pela existência de meios globais de comunicação de massas– a preservação da cultura e identidade nacionais é um dos terrenos onde a necessidade de atuação dos estados modernos tem sido mais enfatizada em todos os foros nacionais e internacionais, através do resguardo, da independência e da democratização das suas agências de educação, de imprensa e de difusão cultural, que independentemente da “propriedade” têm de ser consideradas de gestão pública.

O Brasil está hoje inserido de forma subordinada no novo quadro financeiro mundial uma vez que, no começo da década de noventa, iniciou um processo de liberalização financeira e comercial e de desregulamentação cambial com o objetivo de atrair recursos externos, a qualquer custo. No entanto, o país já tinha atingido um elevado grau de industrialização com apoio nas filiais de todas as potências industriais relevantes, dada a rápida expansão do seu mercado interno, desde a crise dos anos 30 e em particular a partir dos anos 50. A expansão de suas exportações industriais de tecnologia difundida tornou-se relevante desde o início da década de 70, com um valor agregado interno e um conteúdo tecnológico muito superiores aos dos demais países da América Latina e praticamente equivalente aos NIC's asiáticos. Esse processo de expansão das exportações não foi interrompido, senão que reforçado com a crise da dívida externa, embora não acompanhasse as taxas de crescimento nem o conteúdo tecnológico dos tigres asiáticos na década de 80. A partir da crise da dívida externa, o Brasil viu-se afastado dos mercados de crédito e investimento internacionais. Só a partir de 1991, com a liberalização das políticas comercial e financeira, o país (apesar dos fortes desequilíbrios macroeconômicos) voltou a ser captador líquido de capitais, tornando-se um dos últimos “mercados emergentes” a ingressar na “ciranda financeira global”, à custa de altíssimas taxas de juros em dólar (o chamado prêmio de risco).

Em princípio, dada as suas dimensões continentais e o seu grau de industrialização, o Brasil teria condições de posicionar-se frente ao atual quadro de globalização segundo critérios relativamente autônomos, como fizeram a Índia e a China. Aparentemente o governo brasileiro optou por uma adesão pura e simples aos ditames do capital financeiro internacional com o objetivo de promover uma estabilização monetária interna “milagrosa” obtida mediante sobrevalorização cambial e um novo ciclo de endividamento externo. Sem essa captação compulsiva de recursos externos a atual política econômica colapsaria sobre si mesma. O resultado é que somos hoje prisioneiros de uma armadilha financeira externa e interna que se reflete na amarração da política de câmbio e de juros.

Do ponto de vista do dinamismo comercial, nossas exportações industriais, além de diminuírem em *quantum*, apresentam um valor agregado e conteúdo

tecnológico, gerados internamente, inferiores ao do início dos anos 70 e a nossa participação e diversificação de parceiros no comércio global está diminuindo a olhos vistos. Com isto nos tornamos mais dependentes das oscilações dos mercados internacionais do que qualquer país menor de economia aberta –com o detalhe de que, ao contrário dos países mais avançados de moeda historicamente conversível, não temos a mesma capacidade de resposta comercial ou financeira, ou a mesma influência nos foros internacionais.

Essa dependência tem levado, porém, a que o perfil do investimento externo no Brasil pouco tenha contribuído para a tão desejada melhoria da competitividade do país. Hoje, este investimento resume-se fundamentalmente às seguintes aplicações: porta-fólio (ações, títulos, etc.) que vêm em busca dos ganhos de arbitragem propiciados por uma taxa de juros muito acima da internacional; negócios bancados em grande parte pelo dinheiro público, como no caso dos enormes incentivos fiscais e creditícios concedidos às empresas automobilísticas, bancos e grandes empresas agro-industriais; ou ainda na simples transferência da propriedade de patrimônio público. Todas as operações de privatização foram financiadas em boa parte com os fundos de pensão fechados dos empregados das estatais e, mais recentemente, com a poupança forçada do trabalhador (caso do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT), com resultados que conduzem ao desemprego e/ou à desnacionalização o que é uma experiência inédita no mundo contemporâneo.

É bom ter presente que, como demonstra o último relatório das Nações Unidas, que o resultado dos programas de reformas liberais e de privatização pelo mundo afora, não foi tornar o Estado enxuto e redirecionado para a área social. Na verdade (coisa que as agências multilaterais em geral ocultam) a transferência de ativos e empresas públicas para o controle privado foi efetivamente propiciada pelo “mundo dos negócios” no intuito de favorecer este ou aquele *lobby* empresarial, resultando numa maior concentração monopolista da riqueza, sobretudo a financeira. A correlação automática entre “um estado enxuto” e privatização, bem como o suposto *trade-off* com o aumento de gastos sociais, simplesmente não existem. Basta ver-se o exemplo da Inglaterra, que foi a pioneira das privatizações em larga escala, iniciadas há quinze anos e que, desde então, reduziu o leque de benefícios de seu sistema previdenciário e piorou a distribuição da renda e dos serviços de água, energia e educação para a população mais pobre. Apesar das políticas de privatização e corte de benefícios sociais, a Inglaterra não reduziu o orçamento do setor público, por causa do aumento dos gastos com juros da dívida pública e os subsídios aos grandes grupos privados.

O Brasil é um país com menos tradição jurídica e de regulação institucional de que a Inglaterra, além de não ter qualquer capacidade de arbitragem internacional e escassas possibilidades de tornar-se “sócio estratégico” na manutenção da “ordem unipolar” –o que o torna mais vulnerável a “medidas

ideológicas” e a pressões políticas e diplomáticas. Como o restante da América Latina, temos estado particularmente vulneráveis à ortodoxia neoliberal e à nova hierarquização do poder político internacional em função de nossa inserção geopolítica na esfera de influência imediata dos EUA. Como não temos com a grande potência americana as complementaridades e sinergias que caracterizam, por exemplo, o espaço econômico asiático, a pressão para diluir o Mercosul e nos “dissolvermos” na Alca tornar-se-ia, se aceita, um ato de simples submissão.

Na atual situação de “nova dependência” e transição democrática inacabada, a ação do Estado brasileiro não pode limitar-se portanto a estabelecer “normas jurídicas” de regulação. Dado o dismantelamento a que foram conduzidos a maioria dos serviços públicos, a infra-estrutura básica e parte dos setores produtivos, nunca foi mais necessária do que agora a regeneração dos aparelhos de intervenção do Estado (em todos os níveis) e a escolha clara de um conjunto de objetivos nacionais de longo prazo que possam guiar as prioridades de investimento (sobretudo o público e o externo) e as políticas econômica, social e de inserção internacional do país.

Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes

A formação e a luta de classes no capitalismo brasileiro¹

Apesar de 150 anos de crescimento quase ininterrupto o capitalismo brasileiro não conseguiu nunca completar a conversão das três “mercadorias especiais” –Terra, Trabalho e Dinheiro–, transformando-as em mercadorias gerais “universalizantes”. Nenhum desses “mercados”, fundantes das relações sociais capitalistas de produção clássicas, funcionou jamais a contento no Brasil até ao final do Séc. XX e portanto a própria constituição das classes é problemática, dando lugar a um sem número de controvérsias, sobre “modos de produção”, relações semi-feudais, frações de classe, etc².

A luta de classes no Brasil é portanto um tema difícil de tratar, porque ela abrange vários problemas mal resolvidos desde a constituição econômica e social das classes até o “espaço” territorial e político do conflito de classes. Mas a dificuldade fundamental do ponto de vista do avanço da luta das classes populares é o caráter heterogêneo das classes subordinadas.

O chamado “mercado” de terra sempre foi uma ficção, tanto do ponto de vista jurídico como social. A ruptura das Sesmarias portuguesas de 1824 foi consolidada em 1850 pela Lei de Terras, um dos primeiros diplomas que os senhores do Império Brasileiro construíram como afirmação de sua condição simultaneamente burguesa e oligárquica. Base de poder territorial das oligarquias regionais, sua intenção “modernizante” é explícita na lei. Estabelece formalmente um “mercado” de terras já que estas só podem ser obtidas por “compra e venda”,

mediante escritura registrada em cartório. Assim nasceu um dos mais antigos e rentáveis negócios patrimonialistas do capitalismo brasileiro: os Cartórios privados que dão “fé pública”. Foram e são praticados verdadeiros estelionatos que geraram a fortuna súbita de vários aventureiros e provocaram a ruína e a expulsão de milhares de ocupantes, posseiros, assentados e trabalhadores da terra. O cadastramento das propriedades na União, Estados e Municípios continua até hoje sendo um verdadeiro novelo, tamanha é a quantidade de camadas sobrepostas de títulos falsos de propriedade. Estimativas recentes dos registros públicos indicam que mais de 80% das propriedades rurais e urbanas não possuem titulação legal.

A discussão sobre os direitos de posse e propriedade bem como uso público e social da terra arrasta-se desde o Patriarca da independência até os nossos dias. Os “liberais progressistas” do Séc. XIX foram sistematicamente derrotados, os reformistas do Séc. XX, tiveram um destino pior porque muitos deles pagaram com a cadeia e o exílio suas pretensões de democratização da propriedade. Mas uma parte deles esqueceu o que pregou. Aqueles que chegaram ao poder em 1995 foram e são coniventes com esta “ordem natural” das coisas, invocando mais uma vez as “raízes” no nosso passado colonial! Ando meio cansada com o problema das Raízes: a Terra continua sendo hoje, depois de quase duzentos anos da proclamação da Independência, um instrumento de domínio político e de valorização patrimonial privada e nem sequer como pregavam Adam Smith e depois os economistas neoclássicos, se tornou predominantemente um fator de produção. Veja-se as discussões intermináveis sobre “terra produtiva” para protelar qualquer avanço sério da tese sobre uso social da terra expressa nas constituições recentes, desde o Estatuto da Terra do governo Castello Branco.

Sobre o “mercado” de dinheiro, sua permanente regressão, colagem e ampliação desmesurada e seu caráter eminentemente especulativo nas últimas três décadas tem sido minha obsessão desde 1978³. A criação do dinheiro indexado, iniciado na gestão Bulhões-Campos, ganhou foros de verdadeira “ciranda financeira” a partir da criação do mercado financeiro da dívida pública e permitiu ao Estado arbitrar o valor do capital das várias frações burguesas nacionais, privilegiando o capital financeiro bancário mas mantendo os demais protegidos contra a desvalorização da moeda. Com a colagem do dinheiro nacional no mercado especulativo internacional, ocorrida depois de 1992, a arbitragem do valor da nossa moeda deslocou-se do poder público para as praças financeiras globais. Como o árbitro político-econômico não é mais o Estado podemos dizer que terminou o “desenvolvimento nacional associado”, porque não há mais comando interno de decisões sobre a valorização privada do capital. A pergunta cabível não tem resposta a não ser política. Conseguirão as elites brasileiras recuperar para o controle do Estado nacional a flutuação do valor da moeda? Se não forem capazes então não haverá denominador comum da riqueza nacional. Afinal tudo o que era sólido está se desmanchando no ar ou sendo

apropriado pelo capital financeiro internacional. Esta é uma das questões que a esquerda tem enunciado com maior clareza.

Passemos agora ao problema da “mercadoria submetida” –o trabalho assalariado. A história da formação do “mercado de trabalho” foi lenta e dolorosa. A fuga para a frente das populações expulsas do território rural ou urbano deu lugar a formas de trabalho e ocupação que reproduziam na fronteira de expansão da acumulação capitalista, as relações econômicas e sociais desiguais e combinadas que constituem a marca mais forte da heterogeneidade estrutural da sociedade brasileira. O trabalho só tardia e parcialmente se constituiu como “trabalho assalariado” e portanto os trabalhadores como classe incluída e submetida ao modo de produção capitalista, são apenas uma parcela da população economicamente ativa. Uma parcela muito numerosa da população é excluída em forma permanente do chamado mercado de trabalho e empurrada para relações sociais que podem continuar mercantis mas não são especificamente capitalistas, alcançando inclusive a marginalidade completa.

O exemplo mais acabado, por sua longevidade, da heterogeneidade de relações sociais, é o que aconteceu na cana de açúcar. Trata-se de uma forma resistente e permanente de produção onde as formas de exploração de mão de obra evoluíram da grande empresa mercantil-escravista predominantemente exportadora, passando pela regressão secular do binômio latifúndio-minifúndio que se mantém localmente até hoje, até chegar à agroindústria contemporânea onde as relações de produção capturam várias formas desiguais e combinadas de exploração do trabalho.

A precariedade das relações de trabalho dos “homens livres” nas brechas, sobras e resíduos da grande empresa mercantil-escravista repete-se sob mil formas nos períodos seguintes do desenvolvimento do trabalho assalariado, no complexo cafeeiro (integração-expulsão) e mesmo no processo de industrialização (rotatividade, informalidade, terceirização), para não falar da construção civil. O fenômeno continuado de migrações internas gigantescas não tem garantido um território comum que permita a contiguidade e a realimentação política da luta das classes subordinadas, até ao último quartel do século XX. Em verdade não permitiu até ao fim da década de 70 o surgimento de uma classe trabalhadora com um partido politicamente unificado capaz de tentar transformar as lutas locais em luta nacional ou as lutas corporativas em luta social global. Deste modo foi extremamente difícil enfrentar o poder concentrado do grande capital que apesar de heterogêneo conseguiu sempre uma unidade conservadora, numa espécie de síntese pelo avesso das três modernidades seculares: a portuguesa, a inglesa e a norte americana.

A emergência da luta de classes, do ponto de vista de uma “classe trabalhadora” nacional foi-se dando lentamente no Brasil. As lutas populares que permeiam a passagem do Império à República são, com raras exceções, mais de

frações regionais rebeladas contra o chefe local que encarna o sistema de dominação dos senhores políticos territoriais e menos contra a forma de exploração do trabalho, já fosse no grande domínio agrícola, passando pela grande empresa exportadora capitalista, cafeeira e mineradora, até alcançar a forma contemporânea dos grandes complexos agro-industriais e financeiros. Enquanto a grande empresa capitalista tem pelo menos 150 anos de existência a organização dos trabalhadores, como classe, só começou há cerca de 80 anos atrás.

Os dois processos históricos que levaram a luta política de classes à colagem com as relações de produção, foram os ligados à questão agrária e à questão sindical. Os primeiros, passado o período dos movimentos espasmódicos de rebelião dos trabalhadores rurais, levaram à organização sob forma de sindicalismo rural, ligas camponesas e mais recentemente o MST. Os segundos, ligados à questão sindical urbana constituíram-se a partir da inserção capitalista assalariada, nos portos, fábricas e em grandes empresas públicas e privadas do grande capital associado. Sua representação político-ideológica foi feita historicamente no Séc. XX em forma descontínua pelos anarco-sindicalistas, comunistas, trabalhistas históricos e mais tarde pelo PT.

Dada a brutalidade do sistema de dominação, a recorrência autoritária do sistema político e a exclusão social periódica de frações da população economicamente ativa já incorporada ao mercado de trabalho, as lutas sociais combinam em várias conjunturas, movimentos sociais recorrentes de resistência à violência dos “senhores”, sejam eles civis ou militares, com lutas de classe propriamente ditas além de movimentos de classes médias radicalizadas.

O periódico desmantelamento ou ilegalidade em que foram colocadas as forças políticas de esquerda tem dado lugar a oscilações frequentes na ideologia dos seus quadros intelectuais e dirigentes. Assim os partidos de esquerda tendem a passar periodicamente por movimentos recorrentes de insurgência, marchas ou guerrilhas, alianças de classes subordinadas (operário-camponesa) contra todas as classes dominantes e frentes amplas (anti-imperialistas e/ou anti-autoritárias). Estas alianças se desfazem quando os conflitos se atenuam, quando são derrotados pelas forças da Ordem ou quando a tarefa que se propuseram (restauração democrática) parece terminada. A história é recorrente em todas as décadas, pelo menos a partir dos anos 30 do século XX.

Os partidos da esquerda organizada tem uma história dolorosa no Brasil, porque quase sempre interrompida no nascimento. Tornam-se rapidamente ilegais ou quando legais não ultrapassam os “partidos de quadros”, com alianças mais amplas determinadas pela conjuntura e com a maioria dos quadros dirigentes provenientes das classes médias radicalizadas e não dos movimentos populares. Foi assim com o PC e suas dissidências, com a Aliança Nacional Libertadora, com os movimentos sociais de estudantes de 1968 e com várias lutas contra a ditadura na década de 70. No entanto com o avanço do processo de industrialização e de

exclusão social e a longa duração da ditadura que pôs fora da vida política nacional a geração de esquerda de 1968, surgiu a novidade histórica do Partido dos Trabalhadores em 1980, que já leva 20 anos de existência legal.

A origem social do PT é radicalmente diferente dos antigos partidos de esquerda porque juntou quadros dos movimentos sociais de base (trabalhadores rurais e urbanos), apoiou-se e foi dirigido por quadros de movimento operário renovado e só depois incorporou entre seus dirigentes intelectuais orgânicos provenientes de diversas frações dos partidos de esquerda (dissidências dos PC's, da AP e trotskistas). Nasceu com um programa de socialismo democrático, por oposição ao socialismo real antes mesmo da sua derrota histórica, tentando manter a sua própria democracia interna no que tange à discussão ideológica e a organização de tendências. A representação proporcional na direção nacional de quadros de todas as tendências, vai mudando de acordo com a sua força territorial, social e ideológica, embora a hegemonia dos quadros paulistas seja inegável, dada a maior concentração econômica e política do capitalismo em São Paulo.

O PT nasceu tardiamente no Brasil, no final da nossa segunda revolução industrial, quando as condições econômicas e sociais sofreram rápida e grave deterioração, a partir da crise da dívida externa. Do ponto de vista das condições internacionais afirmou-se contra a maré montante do liberalismo que começou a desagregar os partidos de esquerda europeus. A partir do agravamento do desemprego na década de 90, a organização sindical não diminuiu, mas sofreu um duro golpe com o “desclassamento” de parte dos seus quadros provenientes dos grandes sindicatos urbanos da atividade privada (metalúrgicos e bancários), sindicatos rurais e trabalhadores das empresas estatais.

Os movimentos sociais de base apesar de sua expansão territorial e de possuírem quadros de organizações de esquerda, nasceram apoiados na Igreja Católica progressista, em franca decadência dentro da hierarquia eclesial, e hoje praticamente concentrada nos movimentos populares do campo. A maior parte da população marginalizada das grandes cidades tem tomado crescentemente dois caminhos de “sociabilidade”: as diversas formas de crime organizado e as diversas igrejas cristãs não católicas. Os trabalhadores sem carteira mas altamente imbuídos dos valores da sociedade de mercado, num espécie de americanismo tropical expandem aceleradamente as igrejas do reino de Deus. Outra vez mais, e para tristeza de todos os iluministas, em particular os do falecido “departamento francês do ultramar”(Arantes, 1995), deixam de valer os “universais racionais” e volta à baila a questão territorial e a questão teocrática, para não falar da proliferação de novos “dirigentes políticos” celerados, provenientes das grandes metrópoles ou/e de novos territórios onde campeia o tráfico de drogas.

O problema da atual crise do movimento dos trabalhadores e do socialismo democrático não é o fenecimento do operário industrial como “sujeito” da história nem a substituição da luta de classes pelos movimentos sociais - visão

dos sociólogos contemporâneos, ONG's, etc. O problema central é o destino dos partidos de classe. Às dificuldades reais porque passam as classes trabalhadoras no mundo agregue-se no Brasil a necessidade de reformular a “questão nacional” frente ao avanço do moderno Imperialismo, sem voltar à tese cediça da “aliança com a burguesia nacional” para tentar chegar ao poder.

Não conheço nenhuma teoria da “revolução social” aplicável ao Brasil na atual conjuntura: nem a da revolução democrático burguesa, nem a da revolução socialista, nem a da Libertação Nacional. O “clamor das ruas”, isto é, as gigantescas manifestações de massas do período de redemocratização, foi substituído pela violência surda ou aberta dos despossuídos, pela luta sindical setorial ou pelos movimentos sociais dos que foram desclassados ou desqualificados no período de afirmação truculenta recente das políticas neoliberais. A repressão organizada do Estado foi substituída pela repressão caótica das “forças da lei” ou pelo terror celerado dos senhores de territórios, reais ou virtuais, da terra, do dinheiro e da droga. Assim a reconstrução de um estado democrático e republicano é provavelmente apenas uma aspiração consciente dos cidadãos, isto é dos incluídos. Mas e os excluídos da cidadania como chegarão a ela sem a luta de classes? Esta é a pergunta a que só a evolução dos partidos de esquerda, sobretudo do PT e das lutas populares poderão dar resposta na prática. Talvez por vários caminhos aparentemente divergentes, afinal se encontrem plataformas de luta institucional, social e popular que converjam para a emancipação das classes oprimidas. Infelizmente as tendências políticas européias, asiáticas e latino-americanas não nos ajudam muito como “modelo”, nem como apoio em nossas lutas. As tendências regressivas do capitalismo contemporâneo sob forte hegemonia norte-americana, tem posto na defensiva desde os sindicatos até os políticos conservadores clássicos. O neoliberalismo como doutrina e como prática envolveu desde os democratas cristãos até os social-democratas de todos os matizes que tentaram reagrupar-se sob o grande manto esfarrapado da 3ª Via.

Confusões ideológicas à parte e mesmo aceitando que o regressismo conjuntural possa ser mais duradouro, só posso terminar este ensaio com as palavras de mestre Furtado na sua constante busca pela existência de uma Nação Brasileira: “O ponto de partida de qualquer novo projeto alternativo de Nação terá que ser, inevitavelmente, o aumento da participação e do poder do povo nos centros de decisão do país”, (sublinhado meu).

Esta conclusão, para nós militantes de esquerda, nos leva de volta às velhas discussões de mais de um século, oxalá reatualizadas. A primeira delas é a da representação e da participação direta popular nas decisões. Evidentemente as experiências populares de participação no poder local são de natureza diferente das que afetam os centros de decisões do país. Podem quando muito ser um processo de aprendizado de cidadania e de democratização republicana na organização popular da sobrevivência e da vida quotidiana. Participar dos centros

de decisão, isto é dos poderes centrais, sobretudo do executivo, não significa apenas ganhar a eleição, passa pelo problema das alianças políticas de sustentação para exercê-lo, mantendo a hegemonia das classes trabalhadoras.

Para os que sofrem a tentação da “tomada do poder revolucionário”, convém lembrar que a revolução socialista inspirada na idéia de “ditadura do proletariado” não se deu na tomada do Palácio de Inverno, mas com a derrota do exército branco pelo exército vermelho e posteriormente a ditadura do Partido sobre as duas burocracias, civil e militar, do Estado. Esta ditadura por sua vez deu lugar a desastres totalitários e posteriores regressões que se querem evitar. Por outro lado é difícil definir socialismo democrático senão como um processo de luta de classes que deve ser conduzido por partidos de trabalhadores abertos a todas as experiências de participação popular autônoma.

Finalmente a “questão nacional” volta à tona com mais força que nunca nos países da Periferia, porém desta vez dificilmente será vitoriosa a hipótese do populismo ou do autoritarismo nacionalistas. Não se trata, tão pouco, de ressuscitar a tese da “burguesia nacional”, até porque os centros de decisão do país estão escapando ao controle do seu pacto de dominação interno, velho de 150 anos. O imperialismo em seu atual estágio de “globalização” tornou mais destrutivo que nunca o poder do dinheiro internacional retomando algumas das políticas clássicas do imperialismo, sem permitir no entanto a internacionalização do mercado de trabalho, nem a ampliação da luta de classes internacional típicas do final do século XIX, ou as lutas bélicas interimperialistas do século XX. Assim a luta Capital x Trabalho e a luta Nação x Império estão ambas na ordem do dia, mas se apresentam cruzadas de forma inusitada e não como enunciadas nos marxismo clássico, ou mesmo experiências prévias latino-americanas.

O Brasil por ser um país excêntrico à ordem capitalista central embora submetido a ela, nunca sofreu ameaça bélica externa a seu Estado Nacional, mas tampouco conseguiu construir uma nação democrática e independente do ponto de vista dos interesses das classes subordinadas. Permeado por conflitos sociais de toda a natureza, dispõe porém de fortes organizações nacionais dos trabalhadores e do maior partido de esquerda da América Latina, tendo portanto condições de travar uma luta de classes original. A condição lógica mas não “historicamente necessária” é de que os espaços de conflito populares de múltiplas dimensões possam tornar-se convergentes pela primeira vez em nossa história. Desse modo as lutas da conjuntura se orientadas por uma coordenação política nacional flexível mas lúcida, podem ser capazes de alterar as tendências de longa duração do nosso capitalismo tardio e autoritário. Os avanços populares estão sendo conquistados palmo a palmo, mas a resistência popular está sendo acompanhada de mudanças estruturais não controláveis. Seja como for a História está aberta, a luta está se espalhando e aprofundando e o Futuro já começou.

A inversão dos significados⁴

Meus caros amigos da profissão está difícil de continuar assistindo ao espetáculo dos nossos colegas e manter a energia. Ler todos os dias as suas declarações e entrevistas aos jornais e revistas de maior e menor circulação do país é de desanimar qualquer ser racional. As patranhas, as tergiversações e finalmente as leituras invertidas de dados de fontes públicas são absolutamente espantosas. No caso dos professores-economistas do mercado, parasitas das benesses do poder, não se trata de falta de informação e pelo menos nos mais velhos, de má formação acadêmica. Trata-se de falta de compostura mesmo.

Ninguém pede mais que eles busquem a verdade. Mesmo a leitura subjetiva e interessada dos fatos deve guardar algum vislumbre de veracidade ou pelo menos de verosimilhança na análise dos fatos concretos. As áreas onde mais invertem quotidianamente qualquer princípio lógico ou ético das duas profissões que supostamente exercem, são as de Macroeconomia e Políticas Sociais. As divagações pseudo acadêmicas sobre ajuste fiscal, juros, previdência social e endividamento público são de matar qualquer espírito analítico e vão liquidando na universidade o que resta de espírito crítico. O foguetório sobre índices de crescimento e indicadores sociais, soltados numa semana em seminários solenes, é desmentido na semana seguinte. A suposta análise de dados e projeções anunciadas por personalidades mais ou menos cotadas e de fontes igualmente públicas, tem um valor de face negativo, tamanho é o disparatório das informações publicadas.

Se os atuais economistas do governo continuarem apenas cercados de cortesãos e não olharem com olhos de ver a crise social, vão acabar levando um puxão de orelhas dos seus mentores espirituais e materiais de Washington, que acabaram de mudar a doutrina (mas não a prática que acaba de ser aprofundada na Argentina). Isto obriga o Ministro da Fazenda fazer verdadeiros malabarismos de retórica. Numa semana, faz um discurso sobre distribuição de renda e a falta de responsabilidade de nossas elites, ante uma seleta platéia no fórum do BNDES. Duas semanas depois é obrigado a concordar com o ajuste negativo de salários do seu colega argentino.

Quanto ao nosso presidente é um caso à parte no panorama latino-americano. A sua inteligência faz pouco caso da dos pobres nativos. Dentro defende uma política de segurança de “tolerância zero”, depois viaja tranqüilo para Hanover com a nova doutrina de “governança progressista”. O seu acompanhante e assessor especial, ex-ministro da administração, define as tarefas da “nova esquerda”: “Governar o capitalismo mais competentemente que os capitalistas, sendo fiel ao princípio básico da esquerda que é estar disposto a arriscar a ordem em nome da justiça” (sic). Naturalmente S. Ex^a., em Hanover esqueceu-se de avisar as forças internas da “ordem” que ele comanda que este é um governo da “nova esquerda”. Também não deu instruções ao seu ministro da Fazenda para ser mais competente que os banqueiros internacionais e ir contra os “conselhos” do FMI e do Banco Mundial.

Ao mesmo tempo manda publicar um artigo na Folha, “O significado da reunião em Berlim”, onde renova mais uma vez as suas intenções progressistas que não batem com seus atos, há mais de seis anos! Poderia poupar-nos pelo menos da falácia ostensiva sobre seus objetivos fiscais: “o Estado deveria reduzir em vez de aumentar o seu endividamento” (sic).

Na América Latina ao que tudo indica não estamos mais apenas numa sociedade capitalista periférica onde a violência do dinheiro internacional se exerce como uma força ao mesmo tempo centralizadora e destruidora do valor do capital local. Estamos caminhando a passos largos para uma sociedade que suprime o valor de troca do trabalho e destrói qualquer noção de responsabilidade pública, seja ela de pretensões democráticas ou autoritárias. Já fomos além do mercado, caminhamos rapidamente para o Buraco Negro da inversão de significados, onde o valor de troca no pseudo “mercado de idéias” de uma “sociedade do espetáculo” já é negativo e os governantes, alegando o seu próprio passado progressista, chamam fascistas as manifestações sociais que os antigos ditadores chamavam comunistas.

Ao ver estampadas na primeira página da Folha de sexta-feira duas fotografias exemplares sobre os nossos governantes progressistas, percebi a profundidade da inversão de significados. O governador de São Paulo, dispensando a sua guarda de segurança e disputando a tapas e a gritos com os professores grevistas a sua “autoridade”, invocando o seu passado moral e confundindo-o com a responsabilidade de seu cargo. Embaixo, ainda na primeira página, nosso presidente viajante, do outro lado do mundo, sonha com um país tropical mais “justo” dançando o maracatú como estrela da mais cara e improdutiva operação de promoção de exportações, paga pelos cofres públicos. O Presidente da República, homem de muitas luzes, diz no seu artigo não acreditar na possibilidade da revolta dos excluídos e declara à imprensa alemã que sua política de segurança de “tolerância zero” se dedica a proteger a cidadania.

A televisão agradece o espetáculo que edita para uma classe média cética e descrente do progressismo das autoridades e tenta estimulá-la a entrar num clima de indignação moral desviante, que a impede de refletir racionalmente sobre suas angustias cotidianas e o futuro dos seus filhos desempregados. Aqui sim começo a ficar em dúvida sobre a capacidade crítica da nossa inteligência cabocla para interpretar este Espetáculo. Será que se necessita um novo Adorno para desvendar as raízes profundas da personalidade autoritária, ou bastará apenas o talento de Machado de Assis no Alienista? Deixo este tema de debate aos acadêmicos de todos os matizes e me preocupo mais com as manobras dos especialistas em Inteligência e Segurança que estão sendo reativados nas águas turvas da maré de agitação que varre o continente americano.

Notas

1 Parte final da versão preliminar de um artigo em homenagem à Celso Furtado, a ser editado pela Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, Brasil.

2 A literatura sobre o assunto é interminável, embora mais recentemente tenha predominado a escola de sociologia paulista, fundada sobre a orientação de Florestan Fernandes, que afirma o caráter burguês do pacto de dominação. Embora as análises da dependência de F. H. Cardoso e do populismo de F. Weffort tenham perdido sua eficácia intelectual o mesmo não aconteceu com a contribuição de M. S. C. Franco para o entendimento do lugar dos excluídos. O seu clássico *Homens livres na ordem escravocrata* pode ser estudado com proveito até hoje, embora sua análise sociológica das relações de violência familiar predominante entre eles tivesse de ser completamente reatualizada por causa das condições distintas que prevalecem nas “comunidades clausuradas” das grandes metrópoles contemporâneas.

3 A instauração de nossa ciranda financeira interna (na década de 70) foi objeto de um capítulo da minha tese de titular (*Ciclo e Crise*, 1978) do livreto que escrevi com J. C. Assis *O grande salto para o caos*, de 1985 e desde aí, sem parar até quase me tornar uma “monetarista de esquerda”. Na verdade a minha volta às reflexões sobre Desenvolvimento interno e “Projeto Nacional”, que Mestre Furtado nunca abandonou, prende-se tanto à minha situação de militância como ao impasse em que se encontra mergulhada a economia e sociedade brasileira deste fim de século.

4 Folha de S.P. – 04/06/00. FSP114.